

## Crónica

# Não era covid. Eram febres



Cristiana Bastos

**N**ão era covid, eram febres: febre-amarela, malária, infeções viárias, tubercúlozes, disenterias, exaustão pelo trabalho, esgotamento. Morria-se. Não era em Odemira, era em Demerara, na então Guiana britânica; e os protagonistas eram portugueses da Madeira em meados do século XIX. Foram dezenas de milhares os que nos anos 1830-40-50 partiram do arquipélago atlântico – e, em menor número, também de Cabo Verde, Canárias e Açores – para as plantações de açúcar nas Antilhas/Carilbas e Guianas. Fora abolida a escravatura no Império Britânico e assim interrompido o deslocamento forçado de africanos que até então garantia a mão-de-obra nos duros trabalhos do açúcar. Proprietários e intermediários procuraram alternativas na África ocidental, na Ásia, nos navios escravistas da concorrência (“libertando”, por captura, os passageiros escravizados e transferindo-os para plantações de outra bandeira); e também nas ilhas do Atlântico Norte, particularmente a Madeira, que por diversas razões estava já nas suas rotas. É assim que, entre a abolição da escravatura, rematada com o acto emancipatório de 1833-4, e a sistematização da transferência de vinculados (*indentured*) da Índia a partir da década de 1860, encontramos nas plantações coloniais inglesas um grande número de madeirenses, muitos deles saídos da ilha clandestinamente, embarcados em ensaiadas escondidas e pela calada da noite. Uns fugiam à fome, sobretudo quando a doença da batata e a da vinha se sobrepuseram no ano trágico de 1847, deixando os mais vulneráveis sem comida, sem trabalho e sem crédito à vista. Outros simplesmente procuraram melhorar a vida, criar condições para independência económica, evitar o recrutamento militar. Alguns vinham da quase servidão a

que a estrutura fundiária da ilha os votava, outros eram urbanos, mas todos se sujeitaram a condições extremas nas plantações de açúcar e muitos ali perderam a vida. As autoridades do Funchal e de Lisboa protestavam, os jornais falavam de escravatura e tráfico, os políticos propunham a transferência para colónias portuguesas, então uma quase ficção projectada para territórios africanos onde alguns europeus cumpriam degredo ou mantinham actividades de apoio ao tráfico ainda vigente. Em 1847 o médico escocês Bonyum leva a cabo uma inspecção geral das condições de trabalho nas plantações da Guiana e o seu relatório dá-nos a conhecer, plantação a plantação, o estado de saúde dos trabalhadores por grupo de origem, definido pelo lugar de embarque – Madeira, Calcutá, Madras, África. É assim que sabemos não só de que padeciam os portugueses nos campos de açúcar das colónias inglesas – sabemos também quantos eram, que proporção tinham na sociedade, com quem partilhavam o espaço, como se distribuíam pelas plantações.

O que lá de semelhante entre essa situação e a de Odemira, também ela dada a conhecer de

*O que se produz na plantação pode nem ser comestível; tem é de ser consumível, produzir consumidores, mercados, lucros, enquanto devora terra e trabalhadores*

todos, a propósito de uma situação sanitária? A plantação – esse modelo de monocultura intensiva que está na raiz da época moderna, e que muitos autores, mesmo em português, referem como *plantation*, para distinguir de *plantation* enquanto cultivo e agricultura destinada à produção de alimentos. O que se produz na plantação pode nem ser comestível; tem é de ser consumível, produzir consumidores, mercados, lucros, enquanto devora a terra, o ambiente e os trabalhadores, que importa de outros lugares. Assim foi com o açúcar, a quintessência do modelo da plantação, e depois com o café, o algodão, o cacau, o tabaco, a borracha, o óleo de palma, transformando o planeta, despejando populações indígenas, esgotando a água e as florestas, criando um produto, o seu mercado, e os seus consumidores e dependentes, fazendo circular capitais financeiros e, sobretudo, gerando o deslocamento em massa dos trabalhadores – primeiro pela escravização, depois em modos múltiplos de contratação, captura, alijamento. Se a escravidão não foi inventada do zero pela plantação de açúcar (e do algodão, café, etc.), foi no seu

contexto massificada à escala de milhões e produzida, para se justificar, a ideologia racialista hierarquizante que deixou as marcas fundas que ainda hoje atormentam muitos e por vezes matam. E a esta fractura outras se juntaram nas sociedades que continuaram a dedicar-se à plantação de açúcar com outros recrutamentos, sendo a Guiana das “seis raças” (“brancos”, “negros”, “indianos”, “portugueses”, “ameríndios”, “chineses”) um exemplo entre muitos. E hoje, no Alentejo? Poderá não ser juridicamente adequado referir escravatura e tráfico humano para o que ali ocorre, mas são estes termos que evocam as terríveis condições em que se encontram os trabalhadores migrantes das estufas de frutos vermelhos que enchem o conceito de Odemira e limitrofes – condições apontadas ao longo dos anos por activistas e jornalistas, mas só confrontadas oficialmente quando as medidas sanitárias relacionadas com a pandemia assim o obrigaram. Outras metáforas poderiam surgir, abundantes que são na história do trabalho e trabalhadores – como abundantes são também as medidas possíveis para as evitar; urge ainda analisar criticamente o modelo de produção do qual estas condições extremas resultam – um modelo que é herdeiro directo da plantação em todas as variáveis, desde o uso predatório da terra e destruição ambiental à importação de trabalhadores deslocados. Não estamos em 1850 numa fronteira colonial desregulada, num coração das trevas onde tudo pode acontecer para benefício e lucro de companhias em metrópoles longínquas, embora, às vezes, assim o pareça. Estamos em 2021 e, acredita-se, num Estado de direito com o dever de garantir dignidade a quem acobice e evitar o abismo ecológico que se avizora.



Antropóloga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa